

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Princípios processuais

- 1.1 Contraditório
 - 1.1.1 Conceito
 - 1.1.2 Contraditório e matérias conhecíveis de ofício
 - 1.1.3 Contraditório diferido
 - 1.1.4 Contraditório inútil
- 1.2 Motivação das decisões judiciais
 - 1.2.1 Motivação e fundamentação
 - 1.2.2 Exigências da motivação das decisões judiciais
- 1.3 Isonomia
- 1.4 Publicidade
- 1.5 Instrumentalidade das formas
- 1.6 Duração razoável do processo
- 1.7 Cooperação
- 1.8 Boa-fé e lealdade processual

Capítulo 2 – Ordem cronológica no julgamento

- 2.1 Introdução
- 2.2 Aspectos procedimentais

Capítulo 3 – Equivalentes jurisdicionais

- 3.1 Introdução
- 3.2 Mediação e conciliação
 - 3.2.1 Introdução
 - 3.2.2 Centros judiciários de solução consensual de conflitos
 - 3.2.3 Local físico da conciliação e mediação
 - 3.2.4 Conciliador e mediador
 - 3.2.5 Princípios da conciliação e mediação
 - 3.2.5.1 Introdução
 - 3.2.5.2 Independência
 - 3.2.5.3 Imparcialidade
 - 3.2.5.4 Normalização do conflito
 - 3.2.5.5 Autonomia da vontade
 - 3.2.5.6 Confidencialidade

- 3.2.5.7 Oralidade
- 3.2.5.8 Informalidade
- 3.2.5.9 Decisão informada
- 3.2.6 Cadastros
- 3.2.7 Escolha do mediador e do conciliador
- 3.2.8 Remuneração do conciliador e mediador
- 3.2.9 Impedimento do conciliador e mediador
- 3.2.10 Causas de exclusão
- 3.2.11 Solução consensual no âmbito administrativo
- 3.2.12 Conciliação e mediação extrajudiciais
- 3.3 Arbitragem

Capítulo 4 – Ação

- 4.1 Condições da ação
- 4.2 Elementos da ação
 - 4.2.1 Partes
 - 4.2.2 Pedido

Capítulo 5 – Cooperação jurídica internacional

Capítulo 6 – Competência

- 6.1 Introdução
- 6.2 Fontes normativas
- 6.3 Regras de competência territorial
- 6.4 Princípio da *perpetuatio jurisdictionis*
- 6.5 Intervenção de entes federais
- 6.6 Da modificação da competência
- 6.7 Da incompetência

Capítulo 7 – Honorários advocatícios e custas processuais

- 7.1 Honorários advocatícios
- 7.2 Custas processuais
- 7.3 Beneficiário da gratuidade da justiça

Capítulo 8 – Gratuidade de justiça

- 8.1 Beneficiários da assistência judiciária
- 8.2 Causas para a concessão do benefício
- 8.3 Abrangência da concessão do benefício
- 8.4 Condenação do beneficiário da gratuidade de justiça
- 8.5 Concessão parcial de gratuidade e parcelamento

- 8.6 Procedimento
- 8.7 Direito pessoal
- 8.8 Revogação do benefício

Capítulo 9 – Litisconsórcio

- 9.1 Hipóteses de cabimento
- 9.2 Litisconsórcio multitudinário
- 9.3 Litisconsórcio unitário e simples
- 9.4 Litisconsórcio unitário necessário e facultativo
- 9.5 Hipóteses de formação de litisconsórcio necessário
- 9.6 Ausência de litisconsorte necessário
- 9.7 Convocação de possível litisconsorte unitário ativo
- 9.8 Princípio da autonomia na atuação dos litisconsortes

Capítulo 10 – Intervenção de terceiros

- 10.1 Assistência
- 10.2 Oposição
- 10.3 Nomeação à autoria
- 10.4 Denúnciação da lide
- 10.5 Chamamento ao processo
- 10.6 *Amicus curiae*

Capítulo 11 – Incidente de descon sideração da personalidade jurídica

Capítulo 12 – Poderes do juiz

Capítulo 13 – Auxiliares da justiça

Capítulo 14 – Ministério Público

Capítulo 15 – Advocacia pública

Capítulo 16 – Defensoria pública

Capítulo 17 – Atos processuais

- 17.1 Tutela jurisdicional diferenciada – flexibilização procedimental
- 17.2 Forma dos atos processuais
- 17.3 Da prática eletrônica de atos processuais
- 17.4 Prazos

Capítulo 18 – Citação

18.1 Conceito

18.2 Efeitos

18.3 Modalidades de citação

Capítulo 19 – Cartas e cooperação nacional

Capítulo 20 – Intimações

Capítulo 21 – Vícios dos atos processuais

Capítulo 22 – Uma quase novidade: conversão da ação individual em ação coletiva

Capítulo 23 – Tutela provisória

23.1 Introdução

23.2 Tutela provisória de urgência

23.3 Tutela da evidência

Capítulo 24 – Petição inicial

Capítulo 25 – Emenda da petição inicial

Capítulo 26 – Indeferimento da petição inicial

Capítulo 27 – Julgamento liminar de improcedência

Capítulo 28 – Audiência de conciliação e mediação

Capítulo 29 – Respostas do réu

29.1 Introdução

29.2 Impugnação ao valor da causa

29.3 Contestação

29.4 Exceções rituais

29.5 Reconvenção

Capítulo 30 – Revelia

Capítulo 31 – Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo

31.1 Providências preliminares

31.2 Julgamento antecipado do mérito

31.3 Julgamento antecipado parcial do mérito

31.4 Saneamento e organização do processo

Capítulo 32 – Audiência de instrução e julgamento

32.1 Generalidades

32.2 Procedimento

Capítulo 33 – Teoria geral da prova

33.1 Objeto da prova

33.2 Ônus da prova

33.3 Poderes instrutórios do juiz

33.4 Sistema de valoração das provas

33.5 Prova emprestada

33.6 Prova ilícita

33.7 Prova atípica e a ata notarial

33.8 Produção antecipada de provas

Capítulo 34 – Provas em espécie

34.1 Depoimento pessoal

34.2 Confissão

34.3 Exibição de coisa ou documento

34.4 Prova documental

34.5 Prova testemunhal

34.6 Prova pericial

34.7 Inspeção judicial

Capítulo 35 – Sentença

35.1 Conceito

35.2 Sentenças terminativas

35.3 Sentença de mérito

35.4 Princípio da congruência (correlação/adstrição)

35.5 Sentença *citra petita*

35.6 Sentença líquida

35.7 Exceção de contrato não cumprido

35.8 Fatos supervenientes

35.9 Obrigações de fazer e de não fazer

Capítulo 36 – Coisa julgada

36.1 Conceito

36.2 Limites objetivos

36.3 Limites subjetivos

36.4 Coisa julgada inconstitucional

Capítulo 37 – Liquidação de sentença

Capítulo 38 – Teoria geral do cumprimento de sentença

Capítulo 39 – Cumprimento provisório de sentença

Capítulo 40 – Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa

Capítulo 41 – Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer e de não fazer

41.1 Generalidades

41.2 Multa cominatória (*astreintes*)

Capítulo 42 – Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa

Capítulo 43 – Execuções especiais

43.1 Execução contra a Fazenda Pública

43.1.1 Cumprimento de sentença

43.1.2 Processo de execução

43.2 Execução de alimentos

43.2.1 Cumprimento de sentença

43.2.2 Processo de execução

Capítulo 44 – Procedimentos especiais

44.1 Introdução

44.2 Consignação em pagamento

44.3 Ação de prestação de contas

44.4 Ações possessórias

44.4.1 Disposições gerais

44.4.2 Procedimento

44.4.3 Timidez do legislador

44.5 Ação de divisão e demarcação de terras

44.6 Ação de dissolução parcial de sociedade

44.6.1 Introdução

44.6.2 Pretensões veiculáveis

44.6.3 Legitimidade ativa

44.6.4 Legitimidade passiva

44.6.5 Procedimento

44.7 Ação de inventário e partilha

44.8 Embargos de terceiro

- 44.9 Ação de habilitação
- 44.10 Ações de família
- 44.11 Ação monitória
- 44.12 Homologação de penhor legal
- 44.13 Ação de restauração de autos
- 44.14 Protesto, notificação e interpelação judicial

Capítulo 45 – Teoria geral da execução

- 45.1 Disposições gerais
- 45.2 Das partes
- 45.3 Competência
 - 45.3.1 Cumprimento de sentença
 - 45.3.2 Processo de execução
- 45.4 Título executivo
 - 45.4.1 Introdução
 - 45.4.2 Título executivo judicial
 - 45.4.3 Título executivo extrajudicial
- 45.5 Responsabilidade patrimonial
 - 45.5.1 Introdução
 - 45.5.2 Responsabilidade patrimonial secundária
 - 45.5.3 Fraude à execução

Capítulo 46 – Processo de execução de obrigação de entrega de coisa

Capítulo 47 – Processo de execução de obrigação de fazer e não fazer

Capítulo 48 – Processo de execução de obrigação de pagar quantia certa

- 48.1 Petição inicial
- 48.2 Averbação da execução
- 48.3 Arresto executivo
- 48.4 Pagamento parcelado
- 48.5 Penhora
 - 48.5.1 Impenhorabilidade de bens
 - 48.5.2 Ordem da penhora
 - 48.5.3 Bens suficientes apenas para o pagamento das custas da execução
 - 48.5.4 Da documentação da penhora, de seu registro e do depósito
 - 48.5.4.1 Depósito
 - 48.5.4.2 Intimação da penhora
 - 48.5.5 Do lugar de realização da penhora

- 48.5.6 Das modificações da penhora
- 48.5.7 Da penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira (penhora *on-line*)
- 48.5.8 Da penhora das cotas ou das ações de sociedades personificadas
- 48.5.9 Da penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes
- 48.5.10 Da penhora de percentual do faturamento de empresa
- 48.5.11 Da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel
- 48.6 Expropriação de bens
 - 48.6.1 Adjudicação
 - 48.6.2 Alienação
- 48.7 Satisfação do crédito

Capítulo 49 – Defesas do executado

- 49.1. Embargos à execução
- 49.2 Impugnação
- 49.3 Exceção de pré-executividade

Capítulo 50 – Suspensão e extinção do processo de execução

- 50.1 Introdução
- 50.2 Suspensão da execução
- 50.3 Extinção da execução

Capítulo 51 – Precedentes

- 51.1. Precedente, decisão, jurisprudência e súmula
- 51.2. Jurisprudência estável, íntegra e coerente
 - 51.2.1. Introdução
 - 51.2.2. Dever de uniformização da jurisprudência
 - 51.2.3. Jurisprudência estável
 - 51.2.4. Jurisprudência íntegra
 - 51.2.5. Jurisprudência coerente
- 51.3. (IN)Constitucionalidade do art. 927 do novo CPC
- 51.4. Eficácia vinculante
 - 51.4.1. Introdução
 - 51.4.2. Controle concentrado de constitucionalidade
 - 51.4.3. Enunciados de Súmulas Vinculantes
 - 51.4.4. Precedentes criados em julgamento de casos repetitivos e no incidente de assunção de competência
 - 51.4.5. Enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria

constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional

- 51.4.6. Orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados
- 51.4.7. Eficácia *ex tunc* ou *ex nunc* da novidade legislativa
- 51.4.8. Cabimento de reclamação constitucional
- 51.5. Precedente brasileiro e *precedents* na tradição da *common law*
- 51.6. *Ratio decidendi* e *obiter dicta*
- 51.7. Fundamentação
- 51.8. Divulgação
- 51.9. Distinção (*distinguishing*)
- 51.10. Superação da tese jurídica (*overruling*)
 - 51.10.1. Introdução
 - 51.10.2. Motivos para superação
 - 51.10.3. Fundamentação da decisão de superação
 - 51.10.4. Modulação dos efeitos da superação
 - 51.10.5. Procedimento

Capítulo 52 – Ordem dos processos nos tribunais

- 52.1 Prevenção recursal
- 52.2 Poderes do relator
- 52.3 Fato superveniente
- 52.4 Ordem no julgamento
- 52.5 Sustentação oral
- 52.6 Julgamento por meio eletrônico
- 52.7 Formalidades do acórdão

Capítulo 53 – Incidente de assunção de competência

Capítulo 54 – Conflito de competência

Capítulo 55 – Homologação de decisão estrangeira e concessão do *exequatur* à carta rogatória

Capítulo 56 – Ação rescisória

- 56.1 Cabimento
- 56.2 Vícios de rescindibilidade
- 56.3 Legitimação
- 56.4 Competência
- 56.5 Prazo

56.6 Tutela Provisória

56.7 Procedimento

Capítulo 57 – Incidente de resolução de demandas repetitivas

57.1. Cabimento

57.2. Legitimidade para requerer a instauração do incidente

57.3. Competência

57.4. Divulgação

57.5. Sujeitos com legitimidade para participar do incidente

57.6. Instauração

57.7. Admissão do incidente

57.8. Poderes do relator

57.9. Julgamento e seus efeitos

57.10. Julgamento do IRDR e do recurso, reexame necessário e ação de competência originária do tribunal

57.11. Juizados Especiais

57.12. Desistência ou abandono do processo

57.13. Recursos

Capítulo 58 – Reclamação

Capítulo 59 – Teoria geral dos recursos

59.1 Sucedâneos recursais

59.1.1 Reexame necessário

59.1.2 Correição parcial

59.1.3 Pedido de reconsideração contra a decisão interlocutória não impugnável por agravo

59.2 Recurso adesivo

59.3 Efeitos dos recursos

59.3.1 Efeito devolutivo

59.3.2 Efeito suspensivo

59.3.3 Efeito translativo

59.3.4 Efeito expansivo

59.3.5 Efeito substitutivo

59.3.6 Efeito regressivo

59.4 Princípios recursais

59.4.1 Voluntariedade

59.4.2 Fungibilidade

59.4.3 Complementaridade

- 59.5 Juízo de admissibilidade
 - 59.5.1 Legitimidade recursal
 - 59.5.2 Desistência
 - 59.5.3 Tempestividade
 - 59.5.4 Preparo
 - 59.5.5 Regularidade formal

Capítulo 60 – Recursos em espécie

- 60.1 Apelação
 - 60.1.1 Cabimento
 - 60.1.2 Procedimento
 - 60.1.3 Extinção da “súmula impeditiva de recursos”
 - 60.1.4 Novas questões de fato
 - 60.1.5 “Teoria da causa madura”
- 60.2 Agravo de instrumento
 - 60.2.1 Cabimento
 - 60.2.2 Instrução do agravo de instrumento – peças processuais
 - 60.2.3 Informação da interposição do agravo perante o primeiro grau
 - 60.2.4 Procedimento
- 60.3 Agravo interno
- 60.4 Agravo em recurso especial e extraordinário
- 60.5 Técnica de julgamento substitutiva dos embargos infringentes
- 60.6 Embargos de declaração
 - 60.6.1 Natureza jurídica
 - 60.6.2 Cabimento
 - 60.6.3 Aspectos procedimentais
- 60.7 Recurso ordinário constitucional
- 60.8 Recursos especial e extraordinário
 - 60.8.1 Cabimento
 - 60.8.2 Procedimento
 - 60.8.3 Prequestionamento
 - 60.8.4 Julgamento por amostragem de recursos extraordinários e especiais repetitivos
 - 60.8.5 Repercussão geral no recurso extraordinário
- 60.9 Embargos de divergência

Capítulo 61 – Livro complementar das disposições finais e transitórias

Referências Bibliográficas